

FALAR RURAL: É POSSÍVEL ALTERAR UMA TRADIÇÃO (?)

Joyce Elaine de ALMEIDA BARONAS
Universidade Estadual de Londrina

Sou caipira Pirapora, Nossa Senhora de Aparecida,
ilumina mina escura e funda o trem da minha vida...
Renato Teixeira

RESUMO

O presente estudo objetiva apresentar aspectos peculiares identificados na fala de moradores de comunidades rurais paranaenses. Trata-se da presença de traços lingüísticos que caracterizam o falar rural como tradicional e inovador ao mesmo tempo. Isso porque, enquanto se identificam marcas cristalizadas desse falar, podem-se também visualizar aspectos lingüísticos inovadores, que resultam exatamente das mudanças ocorridas no âmbito social. A língua é, neste trabalho, estudada como um fenômeno social; entende-se assim que uma variação lingüística pode estar associada a uma mudança social.

ABSTRACT

This paper aims at presenting some peculiar aspects of the rural peasant speech from the Paraná state. The focus of the analysis is to study the linguistic features that characterize this rural dialect. We see it as, at same time, traditional and innovative. The analysis shows that, although there are some traditional marks on the Paraná dialect, there are also some new linguistic forms which seem to be the result of the social changes.

PALAVRAS-CHAVE

falar rural, origem lingüística, variação lingüística.

KEYWORDS

rural dialect, linguistic origin, linguistic variation.

1. Apresentação

Este trabalho pretende apresentar aspectos peculiares identificados na fala de moradores de comunidades rurais paranaenses. Trata-se da presença de traços lingüísticos que caracterizam o falar rural como tradicional e inovador ao mesmo tempo. Isso porque, enquanto se identificam marcas cristalizadas desse falar, podem-se também visualizar aspectos lingüísticos inovadores, que resultam exatamente das mudanças ocorridas no âmbito social.

Para a fundamentação teórica desta pesquisa, buscou-se alicerce nos pressupostos da Sociolingüística e da Lingüística Histórica. Na parte analítica, foram analisadas entrevistas, realizadas em 2002, na região de Paiquerê, distrito de Londrina, com 8 informantes, que serão nomeados AM, BF, CM, DF, EM, FF, GM e HF. As primeiras letras correspondem à seqüência de informantes: A a H (totalizando 8 informantes), já as segundas letras M e F correspondem ao sexo do informante: M – masculino, F– feminino. Seguem os seguintes dados dos informantes: idade na época da entrevista (2002) e grau de escolaridade:

- AM: 34 anos; quarta série do ensino fundamental.
- BF: 56 anos, terceira série do ensino fundamental.
- CM: 67 anos, analfabeto.
- DF: 32 anos, analfabeta.
- EM: 26 anos, analfabeto.
- FF: 18 anos, terceira série do ensino fundamental.
- GM: 50 anos, segunda série do ensino fundamental.
- HF: 57 anos; analfabeta.

Primeiramente serão apresentadas as marcas lingüísticas da tradição rural. Tal constatação dar-se-á pela comparação entre os fenômenos lingüísticos observados no *corpus* e estudos de vários pesquisadores que se ocupam do falar rural e da origem de fenômenos lingüísticos na língua portuguesa. Em segundo lugar, serão expostos fenômenos lingüísticos que indicam uma variação nesse falar, uma possível urbanização, ou seja,

índices de mudança lingüística devido ao contato com a cidade. Esta etapa se dará pela constatação de uma proximidade do falar dos informantes com a norma culta. Com base nestas etapas, seguirão comentários referentes à linguagem dos informantes em questão.

2. Língua

O conceito de língua pode ser abordado sob várias perspectivas, devido ao fato de ser objeto de diversas disciplinas, como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a Lingüística, entre outras.

Limitando-se à perspectiva lingüística, o objeto língua também pode ser concebido sob diferentes óticas. Hjelmslev (1943: 84) afirma que a língua pode ser considerada como:

- a) uma forma pura, definida independentemente de sua realização social e de sua manifestação material;
- b) uma forma material, definida por uma dada realização social, mas ainda independente do detalhe da manifestação;
- c) um simples conjunto de hábitos adotados numa dada sociedade e definidos pelas manifestações observadas.

Tais definições correspondem respectivamente aos conceitos de esquema, norma e uso.

Tratando do mesmo assunto, Coseriu (1980: 123) diferencia norma de sistema. Segundo o pesquisador,

a norma abrange fatos lingüísticos efetivamente realizados e existentes na tradição, ao passo que o sistema é uma técnica aberta que abrange virtualmente também os fatos ainda não realizados, mas possíveis de acordo com as mesmas oposições distintivas e as regras de combinação que governam o seu uso.

Cabe ressaltar que essas distinções expostas por Hjelmslev (1943) e por Coseriu (1980) são formas de rever a dicotomia saussureana *langue/*

parole, e, dessa forma, o sistema corresponderia à *langue*, enquanto o *uso* corresponderia à *parole*. O que há de inovador nessa nova abordagem é a idéia de *norma*, que necessariamente depende do *uso*.

2. Variação lingüística

A linguagem é, por natureza, um objeto sujeito a alterações, por ser uma parte constitutiva do ser humano. Ora, se o homem está sempre evoluindo, mudando sua aparência, suas idéias e seus valores, é perfeitamente normal haver variações e mudanças lingüísticas. Segundo Labov (1972), a variação lingüística é natural, é essencial à linguagem humana. Dessa forma, o que exigiria explicação seria a ausência da variação na linguagem e não a sua presença.

Meillet já apontava, em 1906, o fato social como motivação fundamental para ocorrerem alterações lingüísticas: “Por ser a língua um fato social resulta que a lingüística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação lingüística é a mudança social” (Meillet, 1921).

Na mesma linha de pensamento, Coseriu (1980) afirma que a diversidade lingüística pode ocorrer devido a diversos fatores e propõe uma classificação para as diferentes formas de variação: diacrônica, diatópica, diastrática e diafásica.

Segundo o autor, quando há alterações lingüísticas resultantes da passagem do tempo, elas se denominam diacrônicas. Como exemplo para esse tipo de variação há o pronome “você”, enquanto resultado das mudanças na expressão “Vossa Mercê”.

As variações resultantes das características regionais, ou diatópicas, são representadas pelos distintos sotaques, evidenciados, por exemplo, pela diferente pronúncia do *r* em regiões paulistas e regiões nordestinas. Além dessas, as variações diatópicas também se evidenciam em outros níveis, como o lexical, por exemplo, com os variados nomes existentes para um mesmo objeto; ou o morfossintático, como a distribuição regional do emprego do pronome “tu” / “você”.

Há também as alterações na linguagem resultantes dos diferentes estratos socioculturais, denominadas diastráticas, e que podem ser comprovadas com estudos comparativos entre falantes alfabetizados e analfabetos, por exemplo.

Finalmente existem as variações diafásicas, que, segundo o estudioso, são as distinções entre os diversos tipos de modalidade expressiva. Para o autor, “as variedades lingüísticas que caracterizam – no mesmo estrato social – os grupos ‘biológicos’ (homens, mulheres, crianças, jovens) e os grupos profissionais podem ser consideradas como diafásicas” (Coseriu, 1980: 110-111).

A classificação das variedades lingüísticas, tal como proposta por Coseriu, por exemplo, é um estudo de grande interesse para os pesquisadores que se ocupam da linguagem, visto que se trata de valioso instrumento para se compreender fenômenos de diversidade lingüística. Há, porém, outros fatores que intervêm no processo de variação da linguagem, que não se enquadram nesse tipo de classificação. Entre eles, há o relacionamento social capaz de aproximar as pessoas, alterando também sua linguagem. Cabe ressaltar que, muitas vezes, pessoas convivem socialmente, seja na escola, no trabalho, ou em outra atividade, integram um mesmo estrato social, mas apresentam diferenças lingüísticas. O estudo acerca de *networks*, termo traduzido como redes sociais por estudiosos brasileiros, aborda tais ocorrências, procurando explicar por que pessoas com características tão próximas (mesmo estrato social, semelhante história de vida) apresentam diferenças no seu modo de expressão verbal.

As redes sociais se constituem das relações que se estabelecem no meio social. Segundo Milroy (1987: 45):

The basic postulate of recent studies is that people interact meaningfully as individuals, in addition to forming parts of structured, functional institutions such as classes, castes or occupational groups.

O postulado básico de estudos recentes é que as pessoas interagem significativamente como indivíduos, além de fazerem parte de instituições funcionais estruturadas tais como classes, castas ou grupos ocupacionais. (Tradução nossa)

Devido a distintas participações sociais, pessoas cujo modo de vida é semelhante podem apresentar diferenças lingüísticas, dependendo das relações que constituem suas redes sociais. A pesquisadora define essas relações como zonas das redes sociais, uma vez que cada pessoa mantém um contato direto com um conjunto de indivíduos, o qual constitui a primeira zona da rede social. Esses indivíduos da primeira zona mantêm contatos com outras pessoas, as quais fazem parte da segunda zona da rede social. Cabe ressaltar que o primeiro indivíduo de uma rede social pode até nem conhecer pessoas da segunda zona de sua rede, visto que estas estabelecem um relacionamento direto apenas com as pessoas da primeira zona da rede. E assim seguem as relações para outros níveis das redes sociais, de forma que, quanto mais distante for a relação com o primeiro indivíduo da rede, mais elevado será o nível da zona de uma determinada rede social.

Milroy (1987) aponta algumas características das redes sociais, conforme a maneira com que seus integrantes se relacionam: densidade, multiplicidade e complexidade.

A densidade de uma rede social constitui-se a partir das relações internas; ou seja, ela será mais densa se todos os integrantes se relacionarem, havendo, então, comunicação entre as diferentes zonas. Essa característica pode ser medida matematicamente a partir da seguinte fórmula: $D = 100N_a/N$, em que N_a corresponde às relações que efetivamente ocorrem em uma rede e N corresponde às relações possíveis dentro da rede. Conforme afirma Bortoni-Ricardo (1989: 169), “em comunidades pequenas e tradicionais, onde todo mundo conhece todo mundo, a densidade é alta; nas grandes cidades, por outro lado, a densidade é baixa”.

A multiplicidade diz respeito à possibilidade de haver mais de uma relação entre os membros das redes sociais. Duas pessoas podem se relacionar como vizinhas e colegas de classe, por exemplo; neste caso há uma relação multiplex. Segundo Bortoni-Ricardo (1989: 169), “em comunidades de baixa densidade, os laços tendem a ser ‘uniplex’ e não ‘multiplex’. Exemplos de relações ‘uniplex’ são as que se estabelecem entre patrão e empregado ou médico e paciente, nas sociedades urbanas e tecnologicamente desenvolvidas.”

A complexidade se relaciona com o número de papéis que um mesmo indivíduo pode assumir na sociedade; ou seja, uma mulher pode ser, ao mesmo tempo, mãe, professora, aluna de um curso de pós-graduação, por exemplo. Segundo Bortoni-Ricardo (1989: 169-170), “nas sociedades tradicionais, os papéis exercidos por uma pessoa são menos diversificados, pois os próprios domínios de atividades sociais são mais restritos”. Essas características compõem, pois, as redes sociais, sendo úteis para definir e conhecer melhor uma dada comunidade

Esse tipo de variação é de grande interesse para a presente pesquisa, pois os moradores da zona rural dos dias atuais constituem diferentes redes sociais dos moradores rurais de tempos antigos – como os referidos por Amaral (1920), por exemplo –, e este fator pode ser um motivo de uma possível alteração do falar rural atual se comparado pelo descrito em 1920.

3. Marcas de tradição

O falar rural apresenta algumas marcas que evidenciam sua relação com o passado, pois traz, em suas formas diversas, alguns traços da língua portuguesa em sua formação, os quais revelam resquícios de outras línguas, como o latim, línguas africanas e línguas indígenas. Nesta seção, serão abordadas as possíveis origens de alguns traços característicos desse falar. A seguir, apresentam-se algumas marcas peculiares do falar rural e o posicionamento de pesquisadores acerca das possíveis origens destas.

Aspectos fonéticos

a) Iotização

Ex: *muié* (AM: 6, 7; BF: 8, 16, BF: 13, 22, 24 e 33; CM: 12, 9 e 18; CM: 14, 3; DF: 3, 2)

Nascentes (1953: 49) comenta as razões de ordem etnográfica que resultaram na dificuldade da pronúncia do lh pela classe inculta:

A dita classe era composta em sua maioria de índios e africanos que não possuíam este fonema em suas línguas; tiveram de aprendê-lo, aprenderam estropiadamente e deste modo o transmitiram aos seus descendentes.”

Mendonça (1935: 112) afirma ocorrer esse processo devido a uma influência africana. Já para Melo (1981), essa transformação pode ser uma influência românica ou africana. Apesar de apontar as duas hipóteses, o autor dá preferência à segunda:

Sem embargo, porém de ser evolução românica a lh/y, sou inclinado a explicá-la, aqui no Brasil, por influência africana, uma vez que o fato ocorre de regra nas zonas mais africanizadas, sendo quase geral num ponto intensamente trabalhado dos negros, São João da Chapada, em Minas, segundo nos informa Aires da Mata Machado. (Melo, 1981: 81)

A despeito da hipótese da origem africana, vale lembrar as considerações apontadas por Boléo (1943: 47), em que o autor afirma que no distrito de Ponta Delgado, designadamente na povoação de Arrifes, ainda se usava esta pronúncia: “orvaio, carríe (carrilho, nome do carolo = interior da maçaroca, depois de tirados os grãos), ovêias, coêio, cestías (cestilhas, instrumentos para caçar pássaros), abêia, borraio, joeieira, ajoiear (ajoelhar)”.

b) Rotacismo: alteração de l [w] para r em trava silábica

Ex: *vortei* (CM: 1, 7; HF: 16, 19)

Boléo comenta a ocorrência deste processo também em Portugal:

No que diz respeito às consoantes r e l, devo recordar que a substituição da segunda pela primeira (marvado, minh'arma) não se encontra só no português popular do Brasil. Depara-se igualmente no português popular de algumas regiões portuguesas. (Boléo, 1943: 25)

c) Alteração de v para b

Ex: *braba* (BF: 7, 9)

Coutinho (1958:119), ao se referir às mudanças do fonema /b/ do latim ao português, afirma: “modifica-se às vezes em v, outras cai”. Exemplos citados pelo autor são: *caballul cavalo*, *nebula/névoa*, em que ocorre a alteração de b para v e *ibam/ia*, em que ocorre a queda do b.

Cabe ressaltar que a forma arcaica da variante em questão é *bárbaro*, portanto as formas apresentadas conservam marcas lingüísticas da origem do vocábulo.

Aspectos lexicais

Ex: *pra mó di dexá limpo* (DF: 4, 5)

O uso da expressão *pra mó di* é assim explicado por Amaral (1920: 81): “o nosso caipira usa a fórmula *por amor de* para exprimir circunstância de causa”. Conforme aponta o estudioso, tal expressão é usada de forma diferenciada, como: *pramor de*, *mor de*, *mó de*.

Segundo Nascentes (1953: 111), “a locução *por amor de* aparece tão desfigurada que quase fica irreconhecível: *prumodê*”. Segundo o autor, ocorrem, em Portugal, as seguintes formas: “*Porômôr de* (Vasconcelos, *Filologia mirandesa*, II, 157) *pr'amor de* (Vasconcelos, *Opusculos*, II, 507)”.

Verdelho (1982: 122-123) aponta exemplos da ocorrência do termo *pro môr de e p'ra môr de* em textos do romance regionalista português.

Aspectos sintáticos

a) Ausência de concordância nominal

Ex: *us homi quase nenhum vai* (AM: 6, 7)

A tendência de, no falar rural, ocorrer a marca de plural apenas no determinante é apontada por Melo (1981) como uma influência africana:

[...] tenho que a influência mais profunda das línguas africanas no português brasileiro se fez sentir na morfologia. É a simplificação e redução das flexões. Realmente, em nossas linguagens populares rareiam as desinências de plural, que tendem a se restringir ao primeiro determinante da frase. E isso tão mais amplamente quando mais baixa a camada popular. (Melo, 1981: 78)

Entretanto, essa idéia já é rebatida por Boléo (1943), que afirma ocorrer tal fenômeno também em Portugal, embora esporadicamente.

Ao encontro das idéias de Boléo, Naro e Scherre (1993) apontam a origem européia para tal caso. Cabe também ressaltar que, no português europeu falado, tal forma também está presente nos dias atuais.

b) Ausência de concordância verbal

Ex: *nóis veiu juntu* (BF: 1, 7)

A simplificação das flexões verbais é apontada por Melo (1981: 78) como uma influência africana. O autor, abordando a tendência à simplificação, afirma:

O verbo também sofre bastante as conseqüências dessa atitude simplista. Muita vez só há oposição de desinência entre a primeira

e as demais pessoas, como se vê, por exemplo, do indicativo presente do verbo comprar: eu compro, tu compra (a 2ª pessoa de regra só ocorre na linguagem insultuosa), ele compra, nós compra, eis compra.

Para Mello (2002: 355), a não concordância nominal e verbal seriam resultado do contato lingüístico do Português com outras línguas durante o processo de colonização do Brasil, originando, dessa forma, o que a autora classifica como PNP (português não-padrão).

Naro e Scherre (1993) abordam o português popular do Brasil, apontando várias fontes para sua origem. Os autores afirmam: “Vemos a atração de forças de diversas origens – algumas oriundas da Europa, outras da América, outras, ainda, da África – que juntas se reforçaram para produzir o português popular do Brasil” (Naro; Scherre, 1993: 437).

Em seu estudo, os autores tratam da variabilidade da concordância nominal e verbal, apontam estudos que defendem a idéia da influência africana para tal variabilidade, tais como Melo (1981) e Mello (2002), mas discordam dessa idéia, apontando a influência européia para tal fenômeno. Em trabalho recente, Naro e Scherre (2007: 58) indicam casos de não concordância em textos antigos do português europeu, citando exemplos extraídos de outros autores:

Em um estudo de oito textos pré-clássicos (Boosco Deleytoso, 1515; Alvarez, 1540; Cintra, 1954; Ferreira, 1980; Lopes, 1968; Magne, 1955; Mattos e Silva, 1971; Mira Mateus, 1970), encontramos mais de 200 ocorrências de formas verbais de terceira pessoa singular em ambientes em que a norma exigiria obrigatoriamente formas plurais de terceira pessoa.

Scherre (2005: 50) reforça tal posição apontando exemplos de não concordância, como: “Os agasalhos é estes”, citado por Mira Mateus (1954) em dados do português europeu.

Com base nesses dados, constata-se o caráter conservador do falar rural. Pode-se, portanto, afirmar que esse falar constitui fonte de riqueza

cultural, pois, a partir de seus traços, é possível reconstruir parte da formação da língua portuguesa no Brasil, analisando as marcas que denunciam o contato entre europeus, povos africanos e indígenas.

4. Pistas de urbanização

Marcas lingüísticas próximas da norma culta

Concordância nominal

Ex: *onzi ou dozi anus* (AM: 1, 7); *deiz reais* (AM: 5, 18); *treis filhus* (BF: 2, 9-10); *casa das minhas irmãs* (FF: 10, 4)

Esses dados apontam uma diferenciação entre o falar rural dos dias atuais e o de anos anteriores, pois, conforme apontam os estudiosos citados neste trabalho, é comum a marca de plural apenas no determinante no falar coloquial, que corresponde à regra não-padrão. Nos casos apontados ocorre a regra padrão. É também possível que tais dados resultem da própria situação de entrevista, que leva o informante a monitorar mais o seu próprio falar, principalmente por perceber talvez uma relação assimétrica de comunicação. Mesmo que seja esse o caso, verifica-se que os informantes conhecem a regra e o momento adequado de empregá-la. Ressalta-se, ainda, que os mesmos informantes também deixam de fazer a concordância, em outros segmentos de fala, o que indica tratar-se de um fenômeno variável.

Concordância verbal

Ex: *nóis somu im oitu* (AM: 13, 6), *elis tãu* (BF: 5, 10), *elas mesmu vãu* (BF: 9, 6), *us amigu também sãu* (BF: 11, 15)

Da mesma forma que a concordância nominal não é comum no falar rural, a concordância verbal também é algo incomum. Os dados apresentados apontam, então, uma aproximação da norma culta, o que também pode ser resultado da situação de entrevista e da relação assimétrica de comunicação. Mesmo que seja esse o caso, como também

afirmado no item anterior, relacionado à concordância nominal, verifica-se que os informantes conhecem a regra padrão e o momento adequado de utilizá-la.

É interessante ressaltar que os informantes que apresentaram a concordância, tanto nominal como verbal, pertencem ao grupo de informantes que têm maior grau de escolaridade entre os informantes entrevistados para a constituição do *corpus* deste trabalho. Como citado no início do texto, os informantes AM (quarta série do ensino fundamental), BF (terceira série do ensino fundamental), FF (terceira série do ensino fundamental) e GM (segunda série do ensino fundamental) diferem dos demais em relação à escolaridade, pois CM, DF, EM e HF constituem o grupo de analfabetos. Trata-se, pois, de uma constatação interessante que evidencia o papel da escola como fator importante no conhecimento, ao menos que parcial, da norma culta.

Vocabulário

– *péssima* (CM: 2, 1)

Nesse caso, verifica-se o uso de um termo no superlativo, que é raro na fala popular, além de estar conservada na forma proparoxítona. Conforme apontam estudiosos, entre eles Amaral (1920), as proparoxítonas tendem a se reduzir no falar rural; entretanto, neste trecho da fala de CM, o vocábulo não se reduz.

– *Eu possuí uma (televisão) agora essis dia.* (GM: 5, 4).

Neste caso, o informante, questionado se tinha televisão, utiliza o verbo *possuir* com o sentido de *adquirir*.

5. Considerações finais

Constatou-se que o falar dos informantes do *corpus* apresenta ainda marcas do chamado *dialeto caipira*, evidenciando as transformações ocorridas na língua portuguesa a partir de sua origem latina, mas que

também se compõem de pistas de urbanização, com elementos lexicais referentes ao cotidiano urbano e elementos gramaticais que se aproximam da norma culta. Essa aparente discrepância identificada nos dados do *corpus* resulta do próprio processo social em que se encontram os informantes. Verificaram-se, nos dados do presente artigo, itens que indicam transformações na vida do atual morador rural, como por exemplo nos meios de locomoção, com a presença de automóveis; nos meios de comunicação, com a presença do rádio, da televisão, do jornal, do telefone fixo, do telefone público e até do celular. Constatou-se também que o morador rural, hoje, tem acesso a recursos médicos e à escola. Além disso, ele mantém relações trabalhistas e relações sociais na própria comunidade e fora dela.

Outro fator relevante identificado neste artigo foi a importância da escolarização nos dados de concordância, tanto nominal como verbal, nas entrevistas dos informantes de maior grau de escolaridade. Ainda que seja um número reduzido de dados, trata-se de uma questão importante a se ressaltar. Pode-se considerar tal ocorrência como uma alteração no cotidiano atual do morador rural que, diferentemente de décadas anteriores, tem acesso à escola, o que também lhe permite o conhecimento, ao menos parcial, da norma culta.

Constata-se, portanto, que as particularidades lingüísticas identificadas na fala dos informantes em questão resultam de particularidades da comunidade de que fazem parte, o que confirma a estreita relação entre linguagem e sociedade.

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Um estudo geolingüístico da iotização no português brasileiro. In: _____. (Org.). *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: 1999. p. 155-180.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1920.

BOLÉO, Manuel de Paiva. *Brasileirismos: problemas de método*. Coimbra: Coimbra, 1943.

- BORTONI-RICARDO, S. M. A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolinguística. In: TARALLO, F. *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 167-180.
- CINTRA, L. F. Lindley. Os ditongos decrescentes *ou* e *ei*: um esquema de um estudo sincrônico e diacrônico. In: SIMPÓSIO DE FILOLOGIA ROMÂNICA, 1., 22 a 28 de agosto de 1958, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *Anais...* Rio de Janeiro: MEC, 1970.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- DELGADO, Manuel Joaquim. *A linguagem popular do Baixo Alentejo*. [s. l.]: [s. e.], 1951.
- HJEMSLEV, L. Língua e fala. In: _____. *Ensaio lingüísticos*. São Paulo: Perspectivas, 1943. (Série Debates)
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1921.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- MELLO, Heliana Ribeiro. Português padrão, português não padrão e a hipótese do contato lingüístico. In: ALKMIN, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- MENDONÇA, Renato. *A origem africana no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1935.
- MILROY, L. *Language and social networks*. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. *Delta*, v. 9, p. 437-454, 1993. (Número Especial)

_____. *Garimpo das origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

VERDELHO, Evelina. *Linguagem regional e linguagem popular no romance regionalista português*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.